

CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2018: Fraternidade e superação da violência**“Vós sois todos irmãos.” (Mt 23,8)**

Neste tempo quaresmal de conversão, a Campanha da Fraternidade quer refletir sobre a realidade da violência, rezar por todos os que sofrem violência e unir as forças para superá-la. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), *violência se caracteriza pelo uso intencional da força contra si mesmo, contra outra pessoa ou contra um grupo de pessoas, que pode resultar em dano físico, sexual, psicológico ou morte.*

O objetivo geral é: "Construir a fraternidade, promovendo a cultura da paz, da reconciliação e da justiça, à luz da Palavra de Deus, como caminho de superação da violência."

Os objetivos específicos são: *anunciar a Boa-Nova da fraternidade e da paz, estimulando ações de conversão e reconciliação; analisar as múltiplas formas de violência; identificar o alcance da violência e propor caminhos de superação; valorizar a família e a escola como espaços de convivência fraterna; reivindicar políticas públicas e estimular ações que levem à superação da violência; e apoiar instituições e organizações da sociedade que trabalham para a superação da violência.*

VER**1. Múltiplas formas de violência**

Por causa do fracasso ou insuficiência da ação do Estado quanto à segurança pública, cresceu o acesso aos equipamentos e serviços privados de proteção, aumentando o isolamento, abrindo portas para o estranhamento e o ódio. Segurança pública é uma política que assegura os direitos dos cidadãos e garante o funcionamento das instituições necessárias para que uma sociedade seja de fato democrática. Não é, pois apenas um problema de polícia e não se resolve sem o pleno exercício da cidadania.

No Brasil há uma *experiência cotidiana da violência*, que contradiz a imagem de uma nação ordeira e pacífica. Segundo o Mapa da Violência, em 2016, 123 pessoas foram mortas por armas de fogo por dia. Homicídios, sequestros, estupros convivem com formas sutis de violência como preconceitos de classe, raça, gênero, violência política e religiosa. Três fatores definem esses espaços de paz e de guerra: a ação (ou omissão) do poder público na defesa de direitos; o poder do dinheiro tornando a segurança um privilégio; o tratamento seletivo dado pelos órgãos públicos à garantia de direitos.

A *violência tornou-se institucional*, fruto de modelos de organização e práticas sociais que produzem modos de vida violentos, numa correlação com contexto social, econômico e político. Cria-se assim, uma *cultura da violência*, na qual a sociedade não reconhece como violência atos ou situações em que pessoas são agredidas, criando processos que fazem certas ações violentas parecerem legítimas.

2. A violência como sistema no Brasil

A *violência é parte da história do Brasil*, pois desde o período colonial impôs-se um arranjo social no qual certas categorias de pessoas eram superiores a outras. Os ideais republicanos geraram apenas uma igualdade formal.

Hoje não há solução para a violência fora das discussões no âmbito da política. Por "política" entendem-se as negociações estabelecidas para que pessoas – com interesses numerosos e até antagônicos – possam dividir pacificamente um mesmo espaço. Mas no Brasil, há parlamentares identificados com segmentos sociais interessados em propostas potencialmente geradoras de violência, atrelando a segurança pública ao fator econômico.

A corrupção, que coloca o dinheiro acima da dignidade das pessoas e do bem comum, gera a ideia de que política é atividade de corruptos. É preciso uma participação maior dos cidadãos, pois a democracia representativa já não atende às necessidades. Também assiste-se a uma criminalização dos movimentos populares e sociais, com a cumplicidade do Estado, por não agir.

A *violência é também resultante da desigualdade econômica*, pois o sistema econômico favorece o bem-estar de uma pequena parcela enquanto nega oportunidades de desenvolvimento a milhões de pessoas. Hoje apenas 62 pessoas detêm o mesmo dinheiro que a metade mais pobre da humanidade; os mais ricos correspondem a 1% da humanidade, mas detêm 99% das riquezas.

3. As vítimas da violência no Brasil contemporâneo

A *violência racial* revela a correlação entre as três formas de violência: direta, estrutural e cultural, e na história do Brasil, atingiu índios, negros e migrantes. A xenofobia causa desrespeito aos imigrantes, submetidos a situações de trabalho degradantes. Entre as vítimas de armas os negros são 158,9% a mais que os brancos.

A *violência contra jovens* ultrapassa os limites das políticas de segurança, sendo um problema de saúde pública e de violação de direitos humanos, pois 58% das vítimas da violência são jovens.

Quanto à *violência contra mulheres e homens*, embora a maioria das vítimas de homicídio sejam homens, entre 2001 e 2011, o aumento de assassinatos de mulheres foi superior ao de homens, sendo a maioria de mulheres negras.

A *violência doméstica* possui baixos índices de punição. A violência contra a mulher ocorre, principalmente, dentro de casa; 16% das pessoas com mais de 60 anos já sofreu algum tipo de abuso; crianças e adolescentes são vítimas de atos que não chegam a ser denunciados como violência, como o abuso sexual, os ataques verbais ou físicos e a negligência.

A pobreza é uma das piores formas de violência, sendo causa da morte de 17 mil crianças e jovens todos os dias no mundo; um bilhão de crianças vivem na pobreza. O cuidado nos primeiros 1000 dias do bebê garante uma vida saudável, mas crianças cujas famílias não possuem recursos terão deficiências que podem se refletir no futuro, continuando o ciclo de pobreza.

O *tráfico humano*, uma das três atividades criminosas mais rentáveis, ao lado do tráfico de drogas e de armas, está atrelado ao comércio de órgãos, à adoção ilegal, à pornografia infantil, à exploração do trabalho e à exploração sexual. Cerca de 75% das vítimas são mulheres e meninas.

A *violência contra trabalhadores rurais e povos tradicionais*, tem raízes no passado colonial. Além do genocídio indígena e da escravidão, os pobres e afrodescendentes foram privados do acesso à terra. Os direitos dos povos originários, reconhecidos pela Constituição de 1988 são ameaçados pela expansão das fronteiras agrícolas, disputa pela água e barragens. A Pastoral da Terra registrou aumento da violência no campo, com 22% a mais de assassinatos, ameaças de morte, agressões, prisões de lideranças e manifestantes e omissão dos poderes públicos.

O *narcotráfico* movimentava mais de 400 bilhões de dólares por ano. Segundo o FMI, em 2008, 352 bilhões de dólares desse comércio foram absorvidos pelo sistema bancário. Ao invés de combater a produção e distribuição das drogas, dos grandes traficantes, a política de repressão às drogas está direcionada aos usuários e microtraficantes. O resultado é o incremento da indústria armamentista, mortes em conflitos e o aprisionamento em massa.

A *ineficiência do aparato judicial* gera sensação de impunidade, dificulta a dissuasão de práticas criminosas e a consolidação de sociedades mais igualitárias. A crescente desconfiança na justiça e nas polícias gera certa recusa das políticas de proteção aos direitos humanos, exigindo-se maior punição. Mas o Brasil já tem uma das maiores populações carcerárias do mundo; as prisões, porém, ao invés de recuperar e reintegrar, se transformaram em um depósito de supostos “maus elementos”.

As frequentes denúncias de corrupção da *polícia* e de práticas ilegais geram um sentimento de vulnerabilidade e interpretação simplista sobre o aumento da criminalidade.

Na busca da superação da violência as polícias deveriam ser agências mediadoras de conflitos, responsáveis pela preservação da vida e prevenção da violência. Há que se considerar também, a letalidade das operações policiais, com 3.320 vítimas em 2015 e 358 policiais assassinados.

Com linguagem de programas de entretenimento, a *mídia* deixa de apresentar o fato e oferta leituras prontas, podendo ocultar as contradições sociais. Programas sensacionalistas promovem a espetacularização da violência, defendendo a justiça como vingança social.

As *religiões*, instrumento para promover a cultura da paz, também podem se converter em uma forma de violência, com a intolerância e o fanatismo religiosos. As religiões de matriz africana são as que mais sofrem perseguição.

Em 2012, quase 41 mil brasileiros perderam a vida no *trânsito*. As principais causas são: dirigir sob efeito de álcool ou de entorpecentes, trafegar em velocidade inadequada, inexperiência na direção, falta de atenção e de manutenção no veículo, rodovias mal sinalizadas; e há também a presença do espírito agressivo no trânsito urbano.

JULGAR

Sagrada Escritura: cenas de violência, prescrições punitivas, e indicações de uma personalidade violenta de Deus devem ser entendidas na progressividade da revelação.

prescrições punitivas, e indicações de uma personalidade violenta de Deus devem ser entendidas na progressividade da revelação.

O Antigo Testamento: A comunhão rompida pelo pecado: no princípio havia harmonia das relações, pois Deus criou tudo muito bom. O primeiro ato de violência foi o rompimento da relação do homem com Deus, que conduz a uma convivência violenta, no assassinato de Abel, e leva ao crescimento da maldade. Leis foram elaboradas para conter os atos violentos. A lei de talião procurava estabelecer um limite proporcional de reparação ao mal sofrido e as prescrições da *Torah* indicavam a construção de uma sociedade não baseada na reparação ao mal e à violência, mas de forma pacífica. Os profetas apontaram as causas e remédios para a violência; foram perseguidos, denunciaram o uso da violência, defenderam o direito e a justiça. Os livros sapienciais apresentam um pensamento mais maduro sobre a superação da violência. E muitas passagens da Escritura confessam que Deus é misericordioso, lento para ira e rico de amor.

Novo Testamento: Jesus anuncia o Evangelho da reconciliação e da paz: a temática da violência recebe resposta definitiva em Jesus, que é uma pessoa não violenta. A tentação da violência entre os discípulos, recebe reprovação de Jesus, que prega o amor aos inimigos. Cenas aparentemente agressivas de Jesus não se dirigem contra o homem, mas contra o mal que pode destruí-lo. O episódio da mulher surpreendida em adultério (Jo 8,3-11) propõe a justiça reparativa e não punitiva. Nas bem-aventuranças, Jesus declara que aqueles que promovem a paz serão chamados filhos de Deus (Mt 5,9). *A violência brota do coração do homem* e por isso, sua superação pressupõe a conversão do coração. A cruz representa a atitude de Deus, que, para fazer justiça, não usa violência, mas a destrói, instaurando uma nova justiça. Jesus transforma a violência sofrida em amor ofertado; sua Páscoa revela a crueldade da violência e a onipotência do amor, e de sua ressurreição brota a paz definitiva.

A Igreja convida a promover a cultura do diálogo: São João XXIII, na encíclica *Pacem in Terris* (1963), denuncia que a violência só e sempre destrói, nada constrói. O Concílio Vaticano II, na Constituição *Gaudium et Spes*, afirma que para edificar a paz é preciso eliminar as causas das discórdias, como as injustiças, desigualdades econômicas, o espírito de dominação. As mensagens para o Dia Mundial da Paz, instituído pelo Beato Paulo VI, mostram aspectos da promoção da paz e do caminho de superação da violência; indicam âmbitos de atuação, valores e trabalham grandes temas. São João Paulo II, reunido com líderes religiosos em Assis, em 2002, proclamou um Decálogo de compromissos, publicado na *Carta a todos os chefes de governo do mundo*.

AGIR

Ações para superação da violência: a superação da violência pede ações que envolvam a sociedade civil, os membros da Igreja e os poderes constituídos, em três níveis de ação:

Pessoa, família e a superação da violência: na família o ser humano aprende a se relacionar com o outro superando a violência. Mas a família não consegue cumprir sozinha seu papel, pois os valores humanos estão se desintegrando da sociedade. Nas ações pastorais é necessário valorizar a fraternidade, a ternura e a compaixão, rejeitar a vingança, viver a solidariedade, o diálogo, defender a dignidade humana.

Comunidade e a superação da violência: várias iniciativas sociais da Igreja, foram assumidas pela sociedade e se tornaram políticas públicas. É preciso promover uma espiritualidade de superação da violência por meio de formação, oração, diálogo, valorizar a família, conhecer e acompanhar situações de conflito, apoio às instituições sociais, participar nos Conselhos Paritários.

A sociedade e a superação da violência: faz-se necessário a consolidação de políticas públicas em ações como: valorizar o Estatuto da Criança e do Adolescente e defender seus direitos; exigir a aplicação da Lei Maria da Penha e proteger a vida familiar; difundir a Declaração dos Direitos Humanos (1948); superar a violência gerada pela exploração sexual e pelo tráfico humano; apoiar a recuperação de usuários de drogas e políticas de inclusão social dos jovens; superar preconceitos e valorizar a cultura negra; defender a Reforma agrária, os recursos naturais e o trabalhador rural; denunciar o traficante, apoiar o dependente e o adicto em recuperação; defender o Estatuto do Desarmamento e combater o uso de armas; exigir a atuação da Defensoria Pública; defender a democracia participativa; educação no trânsito, fiscalização e preservação das vias.